



Anais da Assembléia

N.º 74

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE JUNHO DE 1977.

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 108.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 1977

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Werner Wanderer.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Accioly Neto, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Domício Scaramella, Ernesto Dal'Oglio, Fidelcino Tolentino, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Erondy Silvério (27); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorin, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Jorge Sato, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Valter Pietrângelo e Waldenício Barbalho (27).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 27 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33/77, de autoria do Deputado Ivan Rüppel, que declara de utilidade pública a Associação do mesmo nome. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 410/77, veto apostado ao Projeto de Lei n.º 50/76, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que autoriza o Poder Executivo construir uma ponte sobre o Rio Iguaçu, ligando os Municípios de Capitão Leônidas Marques - Capanema, e dá outras providências. Parecer da C.C.J., pela manutenção do veto por maioria.

OFÍCIO:

Curitiba, em 30 de maio de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 20/77, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o artigo

47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 50/76, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o Rio Iguaçu, ligando os Municípios de Capitão Leônidas Marques e Capanema.

A negativa de sanção ao plano de lei em exame decorre das disposições constitucionais expressas nos artigos 25 e 35, da Carta Política Estadual, que conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência para iniciativa de leis cuja execução crie, aumente ou autorize despesa pública.

O não acolhimento do projeto decorre, ainda, de informação prestada pela Secretaria dos Transportes, considerando inoportuna a medida, eis que as obrigações já assumidas pelo Órgão Rodoviário Estadual não lhe permitem novos encargos, principalmente aqueles que demandem substanciais recursos financeiros.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Jayme Canet Júnior.

—Governador do Estado—

Rejeitado o Projeto e mantido o veto.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, uma vez que me parece não haver quorum, eu requeiro a V. Exa. que se verifique a existência de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência atende e fará uma verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, solicito a realização de chamada para constatação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência fará a verificação e, em seguida, atenderá V. Exa.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto e, portanto, votam pela manutenção do veto, queiram levantar-se.

Oito Srs. Deputados rejeitam o veto; cinco Srs. Deputados aprovam. Não há quorum para deliberação.

A Presidência atende o requerimento do Sr. Deputado Domício Scaramella e solicita que o Sr. 1.º Secretário realize a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Vinte Srs. Deputados responderam a chamada; não há quorum para deliberação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 15, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO — EM DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 410/77.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 14/77.

Levanta-se a sessão.

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.a LEGISLATURA
ATA DA 109.a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 1977.
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Lázaro Dumont e Augusto Carneiro.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Erondy Silvério (45); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini, Aragão de Mattos Leão, Del Ciel, Egon Pudell, Fuad Nacii, Luiz Alberto Oliveira, Maurício Fruet, Nelson Buffara e Otássio Pereira (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

Sob o número 452/77, do Senhor Ariel Ferreira do Amaral e Silva, Presidente do Tribunal de Justiça, agradecendo aos Senhores Parlamentares, reconhecimento pela deferência da consignação em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Exmo. Sr. Desembargador Arthur Heráclio Gomes Filho.— AO CONHECIMENTO DA CASA.

REQUERIMENTOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado estadual subscritor da presente, autor do requerimento que propõe desagravo às pessoas de Aliomar Baleeiro e outros, requer preferência para sua votação na ordem do dia, de acordo com o artigo 135, parágrafo terceiro, cl do R.I.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1977.

(aa) Deni Schwartz.

Apoiantos: Osvaldo Macedo, Waldenício Barbalho, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscrive, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, a consignação em ata, de voto de louvor à Imprensa Oficial do Estado do Paraná, encaminhando o inteiro teor do presente.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

JUSTIFICATIVA:

A Imprensa Oficial do Estado do Paraná é pioneira na

implantação do sistema off-set no setor.

No início desta década, em colaboração com o Tribunal de Justiça, passou a editar o Diário da Justiça, desde os atos dos Tribunais, despachos das Varas Titulares Cíveis e Criminais, bem como editais, pelo moderno sistema de impressão, fotografando o original.

Essa inovação fez com que caísse em desuso a linotipia que ocasionava seguidamente a republicação de despachos por incorreções, fato que não acontece há mais de cinco anos, atendendo às aspirações e necessidades daqueles que militam nas lides forenses.

No Primeiro Encontro IOs do País, realizado recentemente no Rio de Janeiro e do qual participou o Senhor João de Deus Freitas Neto, incansável diretor da Imprensa Oficial paranaense, ficou patenteado o lugar de destaque de nosso Estado, sendo que a total utilização do sistema off-set em nossa IO, foi aplaudida pelo diretor da congênere paulista que ainda não conseguiu implantá-lo no Estado de São Paulo.

É motivo de orgulho para todos os paranaenses. Nossas congratulações são extensivas a todos os funcionários da Imprensa Oficial de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O convívio, fraterno e leal, desenvolvido, ao longo do tempo, em qualquer setor de atividade, estabelece sempre vínculos profundos e permanentes que, apesar, alguma vez, de ocorrer distanciamentos no espaço, mantém-se vivos e animados em razão do respeito e da admiração em que se alicerçam uma conduta correta, séria e decente

Há alguns anos transferiu sua residência do Paraná para o Território de Roraima, sua terra natal, o Sr. Parimé Brasil.

Entretanto, aqui esteve por muitos anos, onde estudou e trabalhou.

Como estudante, ascendeu, pela sua inteligência e por seu talento, a posições de destaque na vida da juventude de nosso Estado, chegando a ser eleito Presidente da União Paranaense dos Estudantes Secundários.

Na sua atividade profissional, entre outras atuações, foi funcionário desta Assembléia Legislativa, onde a sua capacidade e o seu dinamismo, aliados à responsabilidade com que sempre exerceu sua função pública, o caracterizaram como servidor dedicado e profícuo.

Voltou à sua terra de berço, levando, entretanto, a experiência e a cultura que aqui hauriu.

Lá, como era de se prever, conquistou posições de homem bem sucedido, na sua vida particular e na sua vida pública.

Atualmente é Vereador à Câmara Municipal da cidade de Boa Vista, Capital do Território Federal de Roraima, onde exerce, ainda, o cargo de seu 1.º Vice-Presidente.

Hoje, retorna a Curitiba e ao Paraná para visita aos amigos, aos companheiros, e, para participar do Encontro de Vereadores que a Associação dos Vereadores do Paraná — ACAMPAR — está promovendo.

E, para um encontro com esta Casa, onde serviu e deixou tantos colegas.

Sendo assim, os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições, requerem ouvida a Casa, seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, voto de regozijo pela visita que hoje recebe do Exmo. Sr. Vereador Parimé Brasil.

Outrossim, requerem ainda, seja a presente decisão, por inteiro teor do presente expediente, comunicada à Câmara Municipal de Boa Vista, capital do Território Federal de Roraima.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1977.

(aa) Enéas Faria, Adalberto Daros, Antônio Facci, Trajano Bastos e Accioly Neto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, seja enviado convite, em nome desta Assembléia, ao Senador Teotônio Vilela, para que em data por ele escolhida, aqui compareça a fim de expor seu projeto Brasil.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1977.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei Número 71/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a criar a CIRCUNSCRIÇÃO DE TRÂNSITO, com sede em CIDADE GAÚCHA, abrangendo os municípios de CIDADE GAÚCHA, TAPIRA, NOVA OLÍMPIA, GUAPOREMA e RONDON.

Art. 2o. — O Poder Executivo regulamentará a presente lei dentro de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação da presente lei.

Art. 3o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1977.

(a) WILSON FORTES.

JUSTIFICATIVA:

1) — O presente plano de lei colima atender no setor de transportes uma das vastas áreas do Noroeste do Estado, facilitando a extensa região de CIDADE GAÚCHA, que possui considerável densidade demográfica e um elevado número de proprietários de carro.

2) — A sede, CIDADE GAÚCHA, é um polo da referida região, contralizando neste município as principais atividades econômicas, notando-se inclusive com filial do Banco do Brasil.

3) — As outras sedes distritais, no setor de trânsito acham-se distanciadas dos municípios que pretendemos sejam incluídas na presente circunscrição.

PROJETO DE LEI NÚMERO 72/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Jacarezinho, uma Escola Técnica Agrícola de 1o. e 2o. ciclos para funcionar a partir do ano letivo de 1978.

Art. 2o. — O Poder Executivo baixará os atos necessários à constituição e funcionamento da escola criada por esta lei.

Art. 3o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1977.

(a) WILSON FORTES.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo de todas as medidas para um desenvolvimento acelerado é a igualdade social a ser atingida, através da elevação do nível cultural de um povo.

Todos devemos participar do moderno progresso que se espalha pelo mundo em suas mais variadas espécies.

Incremento técnico é o nosso objetivo, ao propormos a criação e instalação, no próximo ano letivo, de uma escola técnica rural, no Município de Jacarezinho, para formação de pessoal especializado em conhecimentos técnicos para o aperfeiçoamento e extensão da infra-estrutura como base do desenvolvimento social, com vistas a uma assistência mais efetiva ao homem do campo no setor agropecuária e na formação de seus técnicos.

A atividade de especialistas representa uma importante colaboração para o desenvolvimento da agropecuária, pois esta

depende muito de um eficiente combate das epidemias animais.

As vacinações são de maior importância. Para isso são necessários grande número de técnicos, modernos laboratórios e uma constante formação de profissionais.

Eis, nobres e preclaros colegas, os motivos que nos animam a apresentar o presente plano de lei, para o qual esperamos contar com o valioso e indispensável apoio de Vossas Excelências.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglío.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "A Câmara Municipal de Santa Helena cumpriu o seu dever para com o povo. Chegou onde tinha que chegar.

Durante muito tempo, enfrentando uma situação anormal de ter na chefia do Executivo um homem nomeado burocraticamente; aquilo que o povo chama um paraquedista, sem vínculos nem emoções com o município; procurou por todos os meios uma solução para que Santa Helena não fosse prejudicada.

Havia oferecido apoio, ao início da gestão do Interventor Francisco Antônio Muniz, que independente de cor partidária, os Vereadores do MDB e da ARENA procuraram contribuir com os seus esforços para ajudar e facilitar as tarefas da administração municipal.

Os Vereadores de Santa Helena, com todos os líderes locais, têm certeza de que fizeram o melhor por seu município.

Mas, não só por ter sido um funcionário nomeado, um Prefeito designado, sem a escolha popular, o Sr. Francisco Muniz não se comoveu com as manifestações de apreço, que apresentava a proposta política de um trabalho de todos pelo engrandecimento de Santa Helena.

Sua condição de Interventor lhe subiu à cabeça acreditou que poderia implantar uma ditadura municipal e prescindir da colaboração do povo e de seus representantes.

Convencidos, enfim, de que a administração não só era ruínosa como era encabeçada por um homem de estilo incorreto, de comportamento ambíguo que pensava ser dono da Prefeitura.

Convencidos disso, e ante denúncia de irregularidades por demais graves, os Vereadores de Santa Helena formaram uma Comissão Parlamentar de Inquérito para analisar as denúncias existentes.

E ontem a C.P.I. chegou a um resultado unânime, firmado pelo consenso.

Embora a abstenção de voto do Vereador Pery Backer Bueno, que não quis como acusador principal, influenciar a votação, os Vereadores foram unânimes em considerar procedentes as denúncias, aprovando as conclusões da C.P.I.

A Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades da administração municipal terminou por confirmar as denúncias.

Fica assim evidenciado, através minuciosas investigações, que a administração atual de Santa Helena cometeu inúmeras irregularidades já denunciadas nesta Casa e em todo o Município de Santa Helena.

Denúncia que também já chegou ao Governador do Estado, apesar de que algumas lideranças equivocadas tenham tentado impedir o conhecimento da verdade.

Santa Helena já teria superado a atual crise, com o afastamento do Prefeito Francisco Muniz e estaria caminhando para sua recuperação administrativa, se não fosse a imaturidade e a cegueira daqueles que o apoiaram mesmo contra o povo e seus representantes.

Agora, estão sendo aguardadas urgentes providências do Sr. Governador do Estado para retificar seu erro na nomeação do administrador de Santa Helena.

A Câmara Municipal já pediu o afastamento do Prefeito Municipal e o Governo só poderá fazer duas coisas: ou afasta o atual Prefeito ou cassa os nove Vereadores.

Porque não pode deixar as coisas como estão.

Sugerimos que o Governador demita o Prefeito.

Para o bem de "Santa Helena".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como já é do conhecimento desta Casa e não podia deixar de ser, tramita no Congresso Nacional uma Mensagem do Governo Federal e modificando a Previdência Social, criando, dividindo-a em dois serviços distintos: Serviço Nacional de Saúde e o de Assistência, no que diz respeito a aposentadoria.

E seria muita ingenuidade minha, através de um requerimento que vou encaminhar à Mesa, pretender que um eventual protesto da bancada paranaense no Congresso Nacional dos dois Partidos pudesse modificar a Menagem do Governo, na parte relativa ao Serviço Nacional de Saúde.

Mas ao encaminhar este requerimento, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, não quero passar por omissos, quando a meu ver se comete um crime contra o previdenciário; se comete um crime contra o povo, no instante em que um dispositivo naquela lei, na Mensagem do Sr. Presidente da República autoriza ao Serviço Nacional de Saúde a ser criado a cobrança de consultas médicas.

É bem verdade, que para aqueles que ganham acima de três salários mínimos, mas, que autoriza a cobrança médica.

E a meu ver é um absurdo, uma aberração, porque nem que esta consulta custasse o valor simbólico de um cruzeiro não poderia ser cobrado, porque os serviços previdenciários são péssimos como todos sabem.

Apesar dos esforços, que se disse ter sido feito pelo atual Ministro da Previdência Social, pelo Presidente do INPS, que conhecemos de longa data, os serviços deixam a desejar.

As pessoas que precisam de uma consulta médica vivem aquele drama que todos os Senhores Deputados conhecem.

Então, eu não quero passar por omissos, Sr. Presidente, e como nada posso fazer senão encaminhar à Mesa um requerimento, para que V. Exa., depois de ouvida a Casa, se digne oficial a cada membro das bancadas paranaenses no Congresso Nacional, fazendo um apelo para a rejeição desse dispositivo que é um crime contra o povo brasileiro.

O teor do meu requerimento, Sr. Presidente, é o seguinte: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado aos Exmos. Srs. Membros da Bancada Paranaense no Congresso Nacional, apelo no sentido da rejeição de dispositivo contido na Mensagem Governamental que modifica a legislação sobre a Previdência Social e que autoriza o Serviço Nacional da Saúde a ser criado, a cobrar consulta médica na Previdência Social.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1977."

Era este, Sr. Presidente nosso requerimento que gostaríamos que a Casa, aprovando, pudesse transmitir pelo menos ao povo do Paraná a certeza de que os seus representantes, nesta Casa, se sensibilizaram pelo fato de que esta modificação da Previdência Social vem, na realidade, trazer um prejuízo muito grande, principalmente aos assalariados.

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jayme

Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Usamos da tribuna para encaminhar à Mesa o requerimento do teor seguinte:

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de congratulações ao Sr. LUIZ KAMIDE, mui DD Prefeito de Goioerê, pela sua brilhante atuação, levando até o Sr. Governador do Estado do Paraná, quando de sua estada em Campo Mourão, as reivindicações e anseios do povo do Município de Goioerê.

Requer, outrossim, seja dado ciência deste, se aprovado, a S. Exa., ao congratulado.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1977."

Sr. Presidente, faço de todo o coração este requerimento a S. Exa. o Sr. Prefeito de Goioerê, Luiz Kamide, da Arena.

Peco a aprovação do mesmo porque, Sr. Presidente, aquela região sofrida tem sido esquecida de há muito.

Na estada de S. Exa. o Governador do Estado do Paraná na cidade de Campo Mourão, esteve também lá o Prefeito Municipal de Goioerê, levando sinceramente, honestamente o pedido do povo de nossa região.

E vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que aquele Prefeito estava fazendo o pedido junto ao Governador do Estado, junto a S. Exa. o Secretário de Saúde e Bem Estar Social reivindicando.

"Rede de energia elétrica será ampliada. SUCEPAR libera verba para combate à erosão.

Secretaria de Recursos Humanos atende o Prefeito. Secretaria de Indústria e Comércio tem planos para Goioerê.

Água para Goioerê e IV Centenário.

Comunicações.

Secretaria de Educação e Cultura.

Secretaria dos Transportes.

Secretaria de Segurança Pública."

Uma verdadeira maravilha, Sr. Presidente, as reivindicações de nosso Prefeito.

Não tenho condições, devido ao curto prazo, de ler aqui as promessas, bem ilustradas, bem fotografadas, que ficarão comigo, Sr. Presidente, como um documento.

Não venho criticar ninguém.

Venho pedir a Deus que tudo isto se realize, Afinal de contas é uma das regiões mais produtivas deste Estado e uma das mais sofridas também.

Que Deus permita que este Governo, através de seu Secretariado, cumpra essas promessas.

Goioerê, Sr. Presidente, é congnominada por nós que lá moramos, como o melhor lugar do mundo.

Se tudo isto aqui acontecer, Goioerê passará a chamar-se paraíso do mundo.

Espero e peço a Deus que isto aconteça. Não vim criticar, nem denunciar. Vim deixar um aviso de que terei de cobrar. E com toda a razão este Deputado se prepara para a cobrança, porque representa uma parcela daquele povo. Haveri de cobrar antes do fim deste governo, antes do final de nossa legislatura, porque sou um dos Deputados processados pelo Governo do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência adverte de que o tempo de que dispunha V. Exa. está esgotado.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Estou terminando.

Porque um dia, desta tribuna, cobrava uma estrada, que era promessa antiga.

Este jornal que acabo de ler é "Folha do Vale do Piquiri" do dia 12 de junho de 1977.

No jornal anterior nota-se alguém dizendo que houve licitação pela Estrada PR 272, pela qual estou sendo processado.

Eu disse que a licitação era fria!

Está aqui o depoimento do Deputado Fabiano Braga Cortes dizendo que a licitação foi inutilizada, mas que estão lutando — e isso está contido no artigo que, por falta de tempo, não posso ler — mas que, agora e hoje, há verba para construção da estrada.

Então, Sr. Presidente, é de recordar as palavras do personagem do programa "Planeta dos Homens": "O macaco está certo".

Faço este pronunciamento, e vou terminar, Sr. Presidente, porque, existe um ditado que diz: "gato escaldado tem medo de água fria".

Oxalá essa promessa do Sr. Governador do Estado sejam cumpridas para alegria, para esperança de meu povo!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "ANIVERSÁRIO INGLÓRIO.

Ontem comemorou-se nos municípios da fronteira do Estado do Paraná, o aniversário inglório de um fato político lamentável. Exatamente há um ano atrás lá comparecia a cúpula arenista do Paraná, nos municípios considerados áreas de segurança nacional, a fim de em convenção dos diretórios municipais, escolherem a lista tríplice para a nomeação dos novos prefeitos. A presença do ilustre Presidente Regional da ARENA, das lideranças expressivas dos dedicados Deputados governistas que representam aquela região, criou na época um clima de verdadeira disputa eleitoral, face às repercussões com que se realizam referidas convenções. Afirmava-se, então que no máximo em 90 dias, a ARENA, Partido que sustenta o Governo, faria a renovação de todos os prefeitos da área de segurança nacional, isto porque, alguns já passavam dos dez anos de mandato. No entanto, aos poucos a esperança dos paranaenses da fronteirado Estado foi tomando a dimensão exata, da real força que a ARENA tem para sensibilizar os donos do poder, e nada, absolutamente, nada se concretizou. As listas tríplices, ainda estão sendo examinadas pelo que se afirma "pelos órgãos de segurança", e muitos dos indicados até se esqueceram de que tiveram seus nomes incluídos na "honrosa indicação" dos arenistas da fronteira.

Até o espocar de foguetes, com que se comemoraram algumas indicações, face a disputa interna ocorrida, já fazem parte até do anedotário político da região. Um ano passou-se e ninguém mais, nem mesmo os indicados, acreditam de que tudo não passou de verdadeira farsa eleitoral, expediente utilizado tão somente para reavivar as lideranças locais e jogá-las na disputa das Câmaras Municipais do pleito de 76. O objetivo foi conseguido.

Ao registrar este episódio, amostragem de outros fatos em que o partido governista é envolvido pelos donos do Poder e se entrega na disputa eleitoral, tenho o propósito de evidenciar o que ocorre em toda a engrenagem política brasileira. A ARENA, apenas sustenta o Governo, mas nunca chega ao poder. A responsabilidade histórica de homens de boa vontade como os arenistas, começa a ser exigida. Não é mais possível, que brasileiros com vocação democrática como é a grande maioria dos arenistas, continuem de cabeça baixa, defendendo uma democracia apenas de falácias, mas não de atos e atitudes. Não é mais possível que a história perdoe aqueles que dizem defender a democracia relativa, utilizando-se da exceção para conseguir tal objetivo.

Este acontecimento não diminui a força dos donos do Poder, muito pelo contrário, evidencia quão grande e arbitrária ela é, pois é certo que em alguns municípios os prefeitos nomeados, querem se afastar e só não o fazem porque não existem sucessores.

Politicamente o fato serve para desgastar os políticos, eis que ao povo, foi dito que seria a ARENA que faria a substituição, daí não terem os políticos arenistas, mais argumentos para justificarem a demora.

Assim, também ocorre em todos os demais setores da vida pública nacional, porque sobre a classe política se despejam os males da nação. Aos chamados radicais do MDB, atribui-se, toda a crise política, aos arenistas independentes se imputa o liberalismo ultrapassado.

A verdade porém é esta: Se os homens da ARENA, tivessem o desprendimento de saírem da sombra do poder e junto com todas as oposições que hoje se levantam, dúvida alguma existe, de que cessaria o arbítrio, e que a Nação retornaria ao Estado de Direito. Por isso, pode o povo apontar a ARENA como o grande culpado. Não faz o arbítrio, mas permite que os donos do poder o façam. Por essa omissão histórica, não tenham dúvida, pagarão todos os arenistas, que julgando defender um fim justo, se utilizam de meios injustos, porque antidemocráticos e contrários à vocação jurídica do nosso homem brasileiro. No ar, na opinião pública, fica a grande indagação: Até quando a ARENA servirá para interpretar este lastimável papel que seus autores lhe impingiram, justificar o injustificável, explicar o inexplicável e defender o indefensável. Todavia ninguém pode duvidar do potencial arenista, se seus líderes iniciassem uma arrancada rumo ao Estado de Direito. Porque a ARENA não faz isto? Seria porque está comprometida com o arbítrio? Seria por pusilanimidade de seus líderes? Ou seria porque se acostumou com a sombra comodista do Poder? Evidentemente, a resposta está com os arenistas e eles é quem deveu responder para a Nação, como responderão perante a História, com culpabilidade exclusiva, pela falta do Estado de Direito, negando às atuais gerações o componente básico da tradição democrática do povo brasileiro".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Parece-me que já se transformou em costume a prática de corrupção neste País.

E cada vez que alguém, em nome do povo, em sua defesa, em seu respeito, denuncia fatos de corrupção ocorridos nos mais diversos setores, principalmente na área do Governo, recebe oposição violenta, malévola, programada e caracterizada, dos homens que exercem o poder.

Mas, mesmo assim, mesmo perturbado com esse estado de incoerência, de inverdade, de injustiça, que se vê na estrutura atual, é bom que alguém permaneça cingido da coragem de denunciar, porque, certamente, essas denúncias se juntarão ao libelo que a História escreve todos os dias: que cedo, ou tarde, ocorrerá um veredito esperado por 120 milhões de brasileiros.

Criou-se um hábito de extensão descomunal, neste País, permitidor de corrupção de todas as ordens.

Avança o grande, o poderoso sobre a economia popular

Avançam sobre a economia do povo, os pequenos, porém apaniguados deste mesmo poder.

Tenho recebido constantemente denúncias contra o Chefe do Departamento de Trânsito da cidade de Joaquim Távora, que impõe a obrigação de pagamento — aos pagantes de taxa rodoviária — de uma taxa de cem cruzeiros, para retirar daquele Departamento as plaquetas dos veículos cujo imposto tenha sido recolhido.

Tenho calado diante destas denúncias que aqui têm chegado verbalmente. Porque mesmo documentado e com documentos aos amontoados que tenho em meu gabinete nestes três anos de atividade legislativa, tenho visto frustradas as minhas tomadas de posição em denunciar fatos de corrupção e, às vezes, tenho sido humilhado e inflamado s destas

defensores da corrupção.

Mas hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, recebi esta denúncia por escrito de um Vereador à Câmara Municipal de Joaquim Távora, anexando o fato que denunciou desta tribuna e requereu, nesta oportunidade, averiguação do referido fato.

Meu requerimento está vazado nos seguintes termos:

(Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de seus direitos e prerrogativas que lhes são conferidos por lei, tendo em vista denúncia formulada pelo Vereador à Câmara Municipal de Joaquim Távora, JAIRO PAULA DIAS; requer a Vossa Excelência, submeta à apreciação do Plenário pedido de urgente abertura de inquérito e a devida punição do funcionário do DETRAN de Joaquim Távora por estar procedendo a cobrança da taxa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), para entrega das plaquetas aos pagamentos de impostos de taxas rodoviária daquela localidade, conforme prova documento anexo ao presente requerimento.

Requer ainda seja procedido na forma legal a devolução das taxas indevidamente recebidas aos respectivos reclamantes além do processo do agente pelo crime configurado na ação.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1977.

(a) LÚCIO MACHADO"

OSr. Jurandir Messias. — V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento). — Deputado Lúcio Machado, estamos ouvindo com bastante atenção o vosso pronunciamento, melhor dizendo, a vossa denúncia, que faz da tribuna desta Casa.

Evidentemente, o Chefe do DETRAN da cidade de Joaquim Távora, se não me falha a memória, se realmente está cobrando esta taxa indevida, V. Exa. tenha a certeza, foi feliz no dia 14 de junho de 1977, porque nós que somos homens de Governo, é verdade, que somos homens da ARENA, não concordamos, absolutamente, com funcionários, poderíamos dizer, corruptos. E aceitamos a sua denúncia e com ela estaremos até o final, porque não concordamos também com esses funcionários que se aproveitam de uma função, para, de u'a maneira ou de outra, assaltarem o bolso daqueles que os procuram.

Deputado Lúcio Machado, quanto à denúncia subscrita pelo Vereador, se V. Exa. tem certeza de que é fundamentada porque nesses casos muitas vezes, Deputado, o Vereador tem um problema ou político ou pessoal, ou mesmo comercial, com o chefe do DETRAN e então, às vezes para criar problemas a este despachante do trânsito ele promove a denúncia, disto eu tenho conhecimento porque já recebi denúncia desse teor, de outros municípios e posso mostrar a V. Exa. e que, quando mandei averiguar, constatei que não eram verdadeiras — e penso que V. Exa. esteja certo assim como certo também esteja o Vereador, então, como eu dizia, desde que a denúncia seja fundamentada, seja comprovado que aquele chefe do DETRAN está, digamos assim, assaltando o bolso dos usuários, nós estaremos a seu inteiro dispor e V. Exa. contará, pode ter certeza, com todo o apoio e atendimento das autoridades do DETRAN.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Obrigado pelo aparte, nobre Deputado Jurandir Messias. Devo adiantar a V. Exa. que, além de a denúncia haver sido a mim encaminhada através de correspondência devidamente assinada pelo ilustre Vereador à Câmara Municipal daquele município, faz ele anexar o recibo, o comprovante de recibo de cobrança da taxa indevida, de 100 cruzeiros, com a qualificação de taxas de honorários.

(Lendo): "Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é gravíssima a situação econômico-financeira; é muito grave a situação política e social da Nação. É grave demais, pelo que se vê, que se percebe e que se comete, em forma de extorsão à economia do povo brasileiro neste País.

Criou-se, caracterizadamente, um espaço de desonestidade cuja órbita se transformou em descomunal, como já disse. Como

aves de rapina, os que se mantêm no poder ou em qualquer área de governo, agem inescrupulosamente contra a economia do Estado e a economia do povo.

A "Folha de São Paulo", de 11 do corrente, traz estampada em sua primeira página, a denúncia de impugnação proferida pelo Tribunal de Contas da União, sobre gastos de 404 milhões de cruzeiros por parte do Governo, enquadrando este dispêndio em 5 itens:

"Desfalques ou Desvios;

Pagamentos Indevidos;

Saldo não Recolhidos;

Serviços Debitados à Conta de Terceiros, de Responsabilidade em Apuração".

Diz ainda a referida denúncia, "Do Tribunal de Contas da União impugnar 501 milhões de cruzeiros às contas relativas ao exercício de 1975, do Presidente Ernesto Geisel, supremo Chefe da Nação Brasileira.

Não é novidade as constantes denúncias que têm sido feitas por parlamentares de todas as áreas deste País, sobre os atos de desonestidade que se cometem na constância dos dias em todas as áreas de função pública. Daqui, desta tribuna, vimos inúmeras denúncias processadas por Deputados das duas bancadas, sobre fatos de extorsão os mais característicos, tais como: carteiras frias, para motoristas, psicotécnicos políticos para fins de satisfação de interesse expúrio partidário.

Vimos constantes denúncias contra a corrupção, praticadas por prefeitos, e delegados de polícia, e tantos outros que exercem função de arbitradores do povo.

Como dissemos inicialmente, é de fato uma órbita de desonestidade que se implantou de forma tão violenta e exercem com destaque violentíssimo a sua faina de empobrecimento generalizado do povo brasileiro; é fácil observar em poucas palavras a nossa afirmativa, analisando o que denunciemos: enquanto contas do Presidente da República deste País na ordem de milhares de cruzeiros, são reprovadas, um encarregado do DETRAN de uma cidade pequenina do Brasil, da cidade de Joaquim Távora, pratica à luz do dia e mediante documento de recebimento, a corrupção, arrancando indevidamente uma taxa de cem cruzeiros de cada proprietário de veículo daquela localidade.

Parece que o cântico de liberdade para se cometer o abuso do poder, foi instalado nesta Nação. Entretanto, no lado oposto desse cântico vê-se avolumar o empobrecimento, a miséria e o desalento das classes laboriosas deste País.

Não temos dúvidas que o Governo, em todas as áreas, tem enfrentado os problemas por vezes a nosso ver, infelizmente não para a satisfação nacional, mas, sim, para acudir interesses de grupos.

As decisões de cassar mandatos têm alcançado os destaques de estremecimento nacional, parece que a verdade, mesmo com todo o seu revestimento de verdade, vestiu-se de luto e confinou-se na clausura do medo, mantido sobre o povo através de excesso e do arbítrio; o governo preocupa-se de forma magistralíssima com o problema político da Nação, mas, diga-se entre aspas: com o problema político partidário; na realidade a preocupação política do Governo abre caminhos cada vez mais largos para que os portadores de espírito corruptível se proliferem cada vez mais no assalto à economia popular.

Se quiséssemos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, e se o tempo nos permitisse nesta oportunidade, poderíamos fazer uma apologia incontestável sobre o quadro negro representado hoje pela miséria nacional, e poderíamos no fim perguntar a quem tivesse a condição de responder, porque perseguir políticos, principalmente quando estes, usando de suas prerrogativas ousa a bradar contra esse estado de coisas que empobrece o povo e a Nação.

Ninguém desconhece o tamanho agigantado com tendência de maior crescimento ainda do problema, da crise econômica

social e financeira que vive o Brasil.

Parece paradoxal e certamente os Senhores Deputados nesta oportunidade deixam-se envolver pela influência do subconsciente de que este nosso pronunciamento é por demais generalizado, iniciando com a apreciação de fatos relacionados com a desaprovação de contas da Nação na ordem astronômica de bilhões de cruzeiros, para concluir e justificar com a denúncia sobre um despachante de trânsito que recebe indevidamente de cada cliente, de cada contribuinte, a quantia ínfima de cem cruzeiros. Acontece porém, que o Código Penal não pretendeu em sua legislação qualificar o réu pela observação da quantia que fez configurar o crime.

A própria sabedoria divina parabolisticamente confirma em seus evangelhos que tanto vale a humildade do pobre na participação do lícito, quanto ao amontoado de dinheiro do rico na configuração dos atos para a prática do bem.

Daí, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o tamanho do delito não difere em sua estrutura, é corrúpto todo aquele que pratica corrupção, é desonesto todo aquele que pratica desonestidade; é desonrado todo aquele que não se preza pela honra; desta feita sob pena de maior maculação e estrutura político-administrativa deste Estado, o agente do DETRAN da cidade de Joaquim Távora, deve ser punido na forma que a lei determina; as suas vítimas devem ser ressarcidas dos valores delas subtraídos, acrescentado de juros e correção monetária, após provados os fatos que denunciemos através de inquérito que requeremos nesta oportunidade, à Secretaria de Estado de Segurança Pública".

O ofício do eminente legislador municipal de Joaquim Távora, denunciante do fato de extorsão e transmitido nesta oportunidade à Casa, está vazado nos seguintes termos:

"Joaquim Távora, 08 de junho de 1977.

Sr. Deputado.

A finalidade do presente é levar ao conhecimento de V. Sa. as irregularidades constantes do Departamento de Trânsito deste Município, onde seus responsáveis estão abusando dos direitos que lhe são atribuídos, cobrando taxas indevidas conforme faz prova o recibo anexo.

Contamos com a devida providência por parte de V. Sa. Sem mais a tratar, apresentamos nossos protestos de estima e consideração.

Jairo de Paula Dias

Vereador à Câmara Municipal. (Firma reconhecida).

Fotocópia de um recibo.

"Recibo de Cr\$ 100,00

Recebi do Sr. Cecílio Carneiro, importância acima referida de Cr\$ 100,00 referentes aos meus honorários de despachante.

Joaquim Távora, 27 de abril de 1977.

Assinado, Miriam de Jesus Ferreira".

(O ofício e recibo acima transcritos, não foram entregues à Taquigrafia, a fim de serem copiados).

Mas, não é novidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos dias, dirigi-me a um Departamento de Governo aqui, na Capital, em busca de uma certidão que era necessária para meus negócios particulares; e, ao requerer, verbalmente, a certidão tive como resposta do funcionário: — "É Cr\$ 50,00".

Repeli o funcionário dizendo que, de conformidade com o que determina o Código Civil, aquela certidão não poderia ser cobrada e o funcionário me respondeu malcriadamente: — "Se o senhor quer discutir os fundamentos das leis, o senhor não terá tempo porque temos outros clientes para atender", e eu acabei entendendo, naquela oportunidade, que o Parlamentar apesar de não ter seu valor aqui no Parlamento, muito menos tem lá fora, porque a corrupção avantajou-se de tal forma, que só existe uma bandeira e, nessa bandeira vê-se um dístico muito comum — "Salve-se quem puder".

Infelizes daqueles que pretenderem ser honestos; infelizes daqueles que honestos forem neste mar de lama de desrespeito à dignidade e à economia popular. Entretanto é preciso que se continue a denunciar. E, quero deixar bem claro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, todas as denúncias que aqui fiz e nenhuma resolução delas obtive, elas voltarão a esta tribuna durante o tempo em que durar o meu mandato. E cada vez que elas voltarem elas voltarão revestidas de mais documentações comprobatórias.

Porque não é justo que as denúncias fiquem aqui entre as quatro paredes; que Secretário de Estado se demonstre em responsabilizar e que até o próprio poder se esconda na oportunidade em que a justiça deve-se fazer. Não é justo que um simples discurso programado de um defensor da corrupção, caracterizado pelo seu pronunciamento tenha esfriado a denúncia da envergadura que fiz. Não é justo que meu Partido tenha se calado. E daqui eu sairei ao término do meu mandato com a consciência tranquila de haver cumprido um dever.

Ao terminar, Sr. Presidente, eu espero que o Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado dê provimento aos fatos denunciados e dê conhecimento ao denunciante sobre o acontecido e que está acontecendo na cidade de Joaquim Távora.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência consulta o Sr. Deputado Trajano Bastos se deseja ocupar o espaço que regimentalmente é destinado ao Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. TRAJANO BASTOS — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Consulto o Sr.

Deputado Luiz Roberto Soares, se deseja ocupar o espaço regimentalmente reservado à ARENA.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — APOIADOS. — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 07/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 262/77 — aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município de Campo Mourão, objetivando execução de reparos em próprios estaduais. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 42/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 12/77, ex-Proposição número 173/77 — aprova termo de ratificação ao convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, com o município de Rondon, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 43/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 13/77, ex-Proposição número 174/77 — encaminha termo de re-ratificação ao convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná e o município de Tapejara, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido

município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 44/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 16/77, ex-Proposição número 177/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Icaraíma, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 45/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 17/77, ex-Proposição número 178/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Nova Londrina, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 46/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 19/77, ex-Proposição número 180/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Cruzeiro do Oeste, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 47/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 21/77, ex-Proposição número 182/77 — aprova termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Umuarama, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede daquela comuna. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 49/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 24/77, ex-Proposição número 185/77 — aprova termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Altônia, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 50/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 28/77, ex-Proposição número 186/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o município de Floraí, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 64/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 38/77, ex-Proposição número 236/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Foz do Iguaçu, objetivando reparos no prédio do Colégio Estadual Monsenhor Guilherme. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 65/77, de

autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 38/77, ex-Proposição número 237/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Terra Rica, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar Rosalina de Moraes. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 66/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 38/77, ex-Proposição número 238/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Rondon, objetivando reparos no prédio do Ginásio Estadual Almirante Barroso. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 67/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 241/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Catanduvas, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 71/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 252/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Ribeirão Claro, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Marcos Baggio. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 73/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 263/77 — aprova o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Nova Aurora, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam estabelecimentos de ensino. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 74/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 264/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Bandeirantes, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Unidade Escolar com 12 salas de aulas. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 75/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 265/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Doutor Camargo, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Regente Feijó, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 78/77, de

autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 60/77, ex-Proposição número 289/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Santa Inês, objetivando reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 98/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 32/77, ex-Proposição número 272/77 — aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social e o município de Curitiba, objetivando execução do programa de atendimento às vítimas da explosão de Dinamite, ocorrido nesta Capital. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., e CF., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — (Para discutir). Sr. Presidente, a matéria objeto do presente projeto de resolução, vem à Casa, tão só para buscar o "referendum" deste Legislativo, de convênio celebrado pelo Estado, com o município de Curitiba, através da sua Prefeitura Municipal.

Esta Casa ainda guarda na mente um fato ocorrido, aqui nas proximidades, quando se verificou a catástrofe decorrente da explosão de um caminhão carregado de dinamite; mais do que esta Casa, a população de Curitiba, guarda na mente, os resultados daquele evento.

E a par de outros temores em que já vive, a par de outros sobressaltos, ainda permanece e ainda continua atemorizada a população de Curitiba pela falta de segurança que não lhe tem sido dada pelo Estado e pela Prefeitura. No caso, não sei se maior culpa cabe ao Governo do Estado ou à Prefeitura. Não sei se a omissão maior é do Governo do Estado ou da Prefeitura. Mas sei que o problema existe.

As normas de segurança não são fiscalizadas. As normas de segurança existentes, não são cumpridas. O fato que deu origem à catástrofe continua, por certo, a se verificar a cada momento nesta cidade.

Não tem a questão outro caminho que não merecer a aprovação deste Legislativo. O convênio firmado, transportando verbas do Governo do Estado para a Prefeitura num montante de um milhão e 500 mil cruzeiros, já recebidos pela Prefeitura, não sei se aplicados.

Aliás, a imprensa de Curitiba há pouco tempo atrás martelava neste assunto, cobrando o emprego destas verbas no atendimento a pessoas que se viram, algumas desprovidas de suas propriedades, outras atingidas até na sua integridade física.

Não cabe aqui analisar, mesmo porque, no corpo do Projeto, não está por inteiro o tratado firmado entre o Governo do Estado e a Prefeitura. Tenho, para mim, que não cabe outro caminho a não ser esta Casa referendar o que já foi feito e tenho para mim, que era necessário que fizesse este desabafo, que mais uma vez fizesse um alerta contra a omissão das autoridades com relação à falta de segurança em que Curitiba inteira vive. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em discussão o Projeto de Resolução número 98/77. — (Pausa). — Encerrada a discussão. — Em votação. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 49/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 64/77, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao artigo 1º, ao inciso I do artigo 2º, ao "caput" do artigo 3º e aos parágrafos 1º e 2º do artigo 5º da Lei número 6568, de 24 de junho de 1974. (Participação do Estado do Paraná no Plano Nacional de Habitação — PLANHAP). Pareceres FAVORÁVEIS DA CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. —

APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 49/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O artigo 1º, o inciso I do artigo 2º, o "caput" do artigo 3º e os parágrafos 1º e 2º do artigo 5º da Lei número 6568, de 24 de junho de 1974, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a adotar todas as providências necessárias à participação do Estado no Plano Nacional de Habitação Popular — PLANHAP, com os seguintes objetivos:

I — reduzir gradualmente, até sua eliminação, o "deficit" estadual de habitação para famílias com renda equivalente a até cinco vezes o maior salário mínimo vigente no País, ou até 22 UPC, admitido, alternativamente, o maior dos dois valores;

II — propiciar atendimento da demanda de habitações das novas famílias, na mesma faixa de renda;

III — proporcionar condições para melhoria e ampliação de habitações já existentes;

IV — apoiar e ampliar programas e projetos de desenvolvimento comunitário".

"Art. 2º — ...

I — celebrar, com o Banco Nacional de Habitação (BNH) convênio institutivo do PLANHAP, a nível estadual, aditando-o quando se fizer necessário.

"Art. 3º — O FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR — FUNDHAP terá valor suficiente para cobrir as despesas necessárias à sua gestão e às necessidades financeiras decorrentes das responsabilidades que lhe forem atribuídas na execução do PLANHAP".

"Art. 5º — ...

"§ 1º — Sem prejuízo do disposto no artigo 4º e no "caput" deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a contrair, de acordo com as normas operacionais do BNH, empréstimos até o valor equivalente a 1.762.000 UPC (um milhão, setecentos e sessenta e duas mil Unidades Padrão de Capital do BNH), para atender às responsabilidades financeiras do Estado com a execução do PLANHAP, no quadriênio 1976/1979".

"§ 2º — Fica igualmente autorizado o Poder Executivo a garantir os empréstimos concedidos pelo BNH à entidades da administração indireta do Estado, inclusive às COHABs e aos Municípios, para investimentos vinculados ao PLANHAP, no quadriênio referido no parágrafo anterior".

Art. 2º — Os atos, contratos e outros documentos de qualquer natureza em que as Companhias de Habitação Popular (COHABs) e outros Agentes Promotores do PLANHAP no Estado, devidamente credenciados pelo BNH, sejam partes interessadas, ficam isentos de impostos e taxas estaduais de qualquer natureza

Parágrafo único — Nos processos judiciais e nos atos e documentos do foro extra-judicial, de cartórios, de tabeliães, registros civis, registro de imóveis e registro de títulos e documentos, as custas e emolumentos dos serventuários respectivos que devam ser pagas pelas entidades indicadas no "caput" deste artigo sofrerão uma redução de cinquenta por cento sobre os níveis vigentes na data dos atos a que se referirem.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de abril de 1977.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 49/77

O presente Projeto de Lei número 49/77, oriundo da Mensagem Governamental número 64/77, tem por finalidade

dar nova redação: Art. 1º, ao inciso I do Art. 2º, ao "caput" do Art. 3º e aos parágrafos 1º e 2º do Art. 5º, da Lei número 6568, de 24 de junho de 1974 — que dispõe sobre normas pertinentes à participação do Estado do Paraná no Plano Nacional de Habitação (PLANHAP).

Segundo a mensagem, tal medida é proposta a fim de permitir que o Estado do Paraná continue participando do Plano Nacional de Habitação Popular, além de ressaltar através de quatro itens, os elevados objetivos do plano, que vem apresentando no Paraná e nos demais Estados da Federação expressivos resultados.

Esclarece, ainda a mensagem, que a elaboração do presente plano de lei foi precedido de estudos elaborados em conjunto, pelos órgãos da Administração do Estado e pelo Banco Nacional de Habitação.

Diante do exposto, temos que o presente plano de lei atende aos interesses do Estado, razão pela qual opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
GILBERTO CARVALHO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei número 49/77

1 — Oriundo da Mensagem Governamental número 64/77, o presente plano de lei tem por finalidade alterar a Lei número 6568, de 24 de junho de 1974, que dispõe sobre normas pertinentes à participação do Estado do Paraná no Plano Nacional de Habitação (PLANHAP).

2 — Sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou favoravelmente.

3 — No âmbito desta Comissão de Finanças, o presente projeto de lei vem para ser examinado em virtude do que dispõe o Art. 49, número II, do Regimento Interno da Casa.

4 — Os motivos expostos na Mensagem Governamental, por si só dão conta de que se trata de matéria de alto interesse coletivo, por isso, outro não poderia ser o entendimento desta Comissão, a não ser o da aprovação deste projeto de lei.

Pela aprovação, é o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 18 de maio de 1977.

(aa) JOÃO FADEL — Presidente
GABRIEL MANOEL — Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Parecer ao Projeto de Lei número 49/77

Oriundo da Mensagem Governamental número 64/77, de 27 de abril de 1977, objetiva o presente projeto de lei dar nova redação ao artigo 1º, ao inciso I do artigo 2º, ao "caput" do artigo 3º e aos parágrafos 1º e 2º do artigo 5º da Lei número 6568, de 24 de junho de 1974, que dispõe sobre normas pertinentes à participação do Estado do Paraná no Plano Nacional de Habitação Popular — PLANHAP.

As duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças já se pronunciaram sobre a matéria, emitindo pareceres favoráveis, por entenderem que o assunto atende os interesses do Estado.

Diante disso, esta Comissão não vê nenhum impedimento que possa obstar a tramitação normal do presente plano de lei por esta Casa, opinando, portanto, favoravelmente ao mesmo.

Nestas condições, pela sua aprovação, é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 18 de maio de 1977.

(a) FUAD NACLI — Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 60/77, de autoria do Deputado David Federmann, que declara de utilidade pública o Montepio dos Servidores Públicos do Brasil, com sede na cida-

de de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 60/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública, através da sua representação no Estado do Paraná, o "Montepio dos Servidores Públicos do Brasil", com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1977.

(a) DAVID FEDERMANN

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, é uma Sociedade Civil com finalidade previdenciária, sem fins lucrativos, com representações em todos os Estados do Brasil.

A referida entidade vem prestando serviços no setor previdenciário a inúmeros associados, valendo-se o reconhecimento por parte de órgãos federais, conforme a documentação anexa através de fotocópia.

Os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora do instituto da declaração de utilidade pública se encontram preenchidos, razão pela qual, apresentamos o presente projeto de lei, que por certo receberá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 60/77

De autoria do nobre Deputado David Federmann, o presente Projeto de Lei número 60/77, tem por finalidade declarar de utilidade a representação no Estado do Paraná, do Montepio dos Servidores Públicos do Brasil.

A justificativa apresentada pelo autor do projeto, bem como a documentação inserida no processo, comprovam o preenchimento, pela entidade dos requisitos essenciais exigidos pela legislação Federal e Estadual reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
FABIANO BRAGA CORTES — Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença em Plenário do Sr. Fortunato Casanova, Prefeito Municipal de Primeiro de Maio, acompanhado dos ilustres Vereadores Manoel Velasco, Máximo Nascimento e Sebastião Pinheiro. Também anuncia a presença do Promotor de Justiça, Sr. Celso Carneiro do Amaral, da Comarca de Primeiro de Maio.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando preferência de votação, para requerimento apresentado em sessão anterior, consubstanciado em voto de desagravo ao Sr. Ministro Aliomar Baleeiro. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro à Mesa, verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere. Solicito ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de quorum.

— (É procedida a chamada nominal) — (Pausa).

O SR. ENÉAS FARIA — (Questão de Ordem). Sr. Presidente,

antes de V. Exa. anunciar o resultado da votação, devo dizer que é lícito, é válido que os Srs. Deputados se retirem do Plenário para não dar quorum para votação de matéria que não querem ter aprovada. Mas parece também que lhes falta coragem para desaprovar.

Não vamos cogitar disto, não é o mérito. A questão de ordem, Sr. Presidente, é de ordem regimental. Estabelece o Regimento Interno que o Deputado presente à sessão deve ter a sua presença computada e também não lhe será lícito deixar de votar, omitir-se na votação.

Por isso, Sr. Presidente, tendo verificado que uma série de Deputados presentes, alguns Deputados presentes não responderam a chamada omitindo-se, a presença que fisicamente se conhecia e se verificava, é que requeiro a V. Exa. que se estabeleça uma nova verificação de voto, uma nova chamada dos Srs. Deputados.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a Palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — A solicitação do nobre Deputado Enéas Faria só deve ter acolhida se o mesmo designar nominalmente o Deputado que está presente e que deixou de responder a chamada. Porque se ele se refere ao Deputado Paulo Camargo que por um lapso não respondeu, foi devidamente consignada pelo Primeiro Secretário a sua presença.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Deputado, se me permite, este é o tipo de delação que todo o mundo deve fazer e que a chamada faz com que ocorra.

Portanto, não me sinto constrangido e delatarei a presença dos Srs. Deputados neste plenário. Aqui estavam no momento da chamada, além do Deputado Paulo Camargo, o Deputado Wilson Fortes, Deputado Quielse Crisóstomo da Silva entre todos, que de momento não me ocorrem, porque não fiz a anotação de seus nomes. Mas eram Deputados que aqui estavam presentes e que a Casa assistiu.

Para que se verifique, Sr. Presidente, a ausência de quorum, é que requeiro uma nova chamada.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Os Deputados que aqui transitaram, Sr. Deputado, não quer dizer que estivessem permanecido em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência não pode impor a todos os Srs. Deputados que respondam a chamada.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, esta Casa, este Plenário não são passarelas de Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Esta Presidência responde a questão de ordem. Aguarda que o Sr. Primeiro Secretário identifique o número dos Srs. Deputados que responderam a chamada nominal.

E poderá constatar a presença dos Srs. Deputados com a presença efetiva, física dos Srs. Deputados, nos seus devidos lugares, o que fará no instante que S. Exa. o Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio anunciar o número dos Srs. Deputados que responderam a chamada.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Ernesto Dal'Oglio). — Responderam, Sr. Presidente, 24 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — 24 Srs. Deputados responderam a chamada, 23 Srs. Deputados se encontram em plenário. Não há quorum para deliberação. A Presidência continua submetendo à discussão a matéria ainda sujeita à discussão.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — É lamentável, Sr. Presidente, que a ilustrada bancada da ARENA tenha procedido da forma que vem procedendo, nestas duas sessões legislativas, obstruin-

do o quorum na oportunidade em que se submete à apreciação do Plenário um requerimento cujo teor corresponde perfeitamente o seu encaminhamento.

Dá a impressão que a bancada da ARENA através de seu Líder é conivente ou é medrosa, não tem coragem de defender os estudantes e tem medo de condenar os erros cometidos pelas autoridades.

O pior de tudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o retrato que damos...

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra aor. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — O nobre Deputado em questão pretendeu falar pela Ordem e eu estou na expectativa de que afinal focalize a questão de ordem que V. Exa. pretende anunciar.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — V. Exa., o Deputado Líder, tem razão e solicito do Sr. Deputado Lúcio Machado que indique dispositivo regimental que a Mesa não está cumprindo.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, eu declino de dizer, porque cabe a responsabilidade, à Executiva. Ou V. Exa. indique, ou V. Exa. me casse a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência, nos termos do Regimento Interno lhe cassa a palavra.

Está havendo uma inversão de fatores: quem levanta questão de ordem, deve indicar o dispositivo regimental, e nunca solicitar da Presidência, que o faça.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem). Sr. Presidente, é praxe que se faça, logo após a primeira chamada dos Srs. Deputados, a segunda chamada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência, se V. Exa. o requer, solicitará do Sr. Primeiro Secretário que faça uma segunda chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procede à chamada dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — 24 Srs. Deputados responderam a chamada.

Para evitar que os Srs. Deputados interpretem como sendo atitude discriminatória da Mesa, solicito ao Sr. Primeiro Secretário que faça a chamada dos Srs. Deputados que não responderam a chamada.

O SR. 1º SECRETÁRIO — Deputado Ernesto Gnoato, Deputado Quielse Crisóstomo, Deputado José Domingos Scarpelini, Deputado Ivan Rüppel, Deputado Aguinaldo Pereira Lima, Deputado Alfredo Gulin, Deputado Aragão de Mattos Leão, Deputado Basílio Zanusso, Deputado Dácio Leonel, Deputado Del Ciel, Deputado Egon Pudell, Deputado Ezequias Losso, Deputado Fabiano Braga Cortes, Deputado Francisco Escorsin, Deputado Fuad Nacli, Deputado Gabriel Manoel, Deputado Gilberto Carvalho, Deputado Hélio Manfrinato, Deputado Erondy Silvério, Deputado Jorge Sato, Deputado Lázaro Dumont, Deputado Luiz Alberto de Oliveira, Deputado Maurício Fruet, Deputado Nelson Buffara, Deputado Otássio Pereira, Deputado Paulo Camargo, Deputado Renato Bernardi, Deputado Werner Wanderer.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — 26 Srs. Deputados responderam a chamada.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Para solicitar, Sr. Presidente, se a Mesa aquiescesse, para nos informar definitivamente a relação nominal dos Srs. Deputados que estão presentes à sessão neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Mesa não tem porque negar a pretensão do Sr. Deputado.

Solicita, portanto, de S. Exa. o Sr. Deputado Ernesto Dal'

Oglio, investido nas funções de Primeiro Secretário, que decline os nomes dos Srs. Deputados que responderam a chamada.

(O Sr. Primeiro Secretário declina o nome dos Srs. Deputados):

Deputados Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Accioly Neto, Adalberto Daros, Antônio Facci, Augusto Carneiro, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Fidelcino Tolentino, Gabriel Sampaio, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Trajano Bastos, Valer Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (26).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Satisfeita a curiosidade do Sr. Deputado, a Presidência coloca em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, para que V. Exa. não me cobre, a minha curiosidade estará satisfeita amanhã, após a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência determina ao responsável pelo setor, que faça constar com toda a correção, a presença dos Srs. Deputados que responderam a chamada, o que, naturalmente, constará da ata desta sessão.

Não há quorum para votação, apenas para discussão das matérias.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria e outros, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela visita do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista, Capital do Território Federal de Roraima. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja enviado convite, em nome desta Casa, ao Senador Teotônio Vilela, para que em data por ele escolhida, aqui compareça a fim de expor seu projeto Brasil. — Em discussão. — Encerrada a DISCUSSÃO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Imprensa Oficial do Estado do Paraná, pela implantação do sistema "off-set" no setor. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações ao Sr. Luiz Kamide, Prefeito de Goioerê, pela sua brilhante atuação, levando até o Sr. Governador do Estado, quando de sua estada em Campo Mourão, as reivindicações e anseios do povo do município que representa. — Em discussão. — Encerrada a

discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Membros da Bancada Paranaense, no Congresso Nacional, no sentido da rejeição de dispositivo contido na Mensagem Governamental, que modifica a legislação sobre a Previdência Social e que autoriza o Serviço Nacional de Saúde a ser criado, a cobrar consulta médica na Previdência Social. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando sejam tomadas providências pela Secretaria de Segurança Pública, contra unidade do DETRAN da cidade de Joaquim Távora, tendo em vista denúncia formulada à Câmara Municipal do referido município, que funcionário do mencionado órgão estaria cobrando taxas indevidas. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, denunciando arbitrariedades policiais ocorridas no Município de São Pedro do Paraná, e encarecendo imediatas providências. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja enviado expediente à Delegacia Regional do Trabalho, encarecendo a presença de representantes da fiscalização trabalhista no município de Ubatã, para inspecionar a situação dos trabalhadores municipais, regidos pela CLT. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução número 07/77, 42/77, 43/77, 44/77, 45/77, 46/77, 47/77, 49/77, 50/77, 64/77, 65/77, 66/77, 71/77, 73/77, 74/77, 75/77, 78/77 e 98/77.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei número 49/77 e 60/77.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 94/77.

Levanta-se a sessão.